



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****1**

Em cada texto a seguir, retirado do jornal *O Globo*, ocorrem processos de dar precisão e segurança ao que se transmite; a opção em que NÃO há marcas dessa estratégia é:

- (A) “O Surfe: historiador revela como o ritual religioso dos antigos polinésios virou esporte nos EUA”;
- (B) “O ensino atual de literatura está afastando os jovens dos livros, alerta o influente crítico francês Tzvetan Todorov”;
- (C) “O acidente com a carreta numa estrada de Minas causou a morte de cerca de 10 pessoas e parece ter sido causado por imperícia do motorista”;
- (D) “Após dois adiamentos e um repasse de R\$ 25 bilhões do caixa do BNDES, a Petrobrás anunciou que investirá US\$ 174 bi até 2013. O volume é 55% maior do que o registrado no programa anterior”;
- (E) “Um mês antes do Carnaval, a ocupação dos hotéis cariocas já chega a 77%, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio. Apesar da crise, os números são melhores que os de 2008, quando a taxa de ocupação era de 67% nesse mesmo período”.

2

Entre os diversos tipos de frases há as interrogativas e, entre essas, há aquelas que são chamadas de interrogações retóricas; a pergunta retórica abaixo cuja resposta está contida na pergunta é:

- (A) Você pode fechar a janela, por favor?
- (B) Esse político está falando a verdade?
- (C) O senhor poderia falar mais alto?
- (D) Eu já não tinha dito isso?
- (E) Quem nunca sentiu medo?

3

Abaixo estão frases retiradas de jornais diversos; de cada uma dessas frases foi indicada uma inferência.

A frase em que a inferência é adequada é:

- (A) Em função das chuvas, os rios amazonenses inundaram suas margens / A pesca nos rios amazonenses vai ser mais farta;
- (B) O time do Flamengo comprou mais um jogador / O Flamengo vai ganhar o campeonato brasileiro;
- (C) As férias escolares acabam no próximo domingo, no Rio / O trânsito vai começar a ficar mais difícil no Rio;
- (D) Para treinamento, escoteiros dirigiram o trânsito no centro de Belo Horizonte / Os policiais estão em greve;
- (E) O Carnaval este ano foi menos violento / Poucos turistas vieram para o Carnaval.

4

Uma das formas mais simples de argumentar consiste de duas frases, uma das quais é a conclusão da outra, chamada premissa. A opção abaixo em que a ordem das frases é a de conclusão (C) seguida da premissa (P) é:

- (A) O leite está transbordando da leiteira / O leite deve ter fervido;
- (B) É possível que Pedro seja eleito senador / Pedro tem muitos eleitores no interior do Estado;
- (C) Meu primo está bem empregado / Meu primo acaba de comprar um carro luxuoso;
- (D) A guerra Rússia x Ucrânia registrou novos combates ontem / A Rússia deve estar enfrentando dificuldades econômicas;
- (E) Minha mulher nunca sofreu um acidente com o carro / Minha mulher é boa motorista.

5

Sempre que, num raciocínio, passamos de uma premissa a uma conclusão (ou vice-versa), assumimos como verdadeira uma ideia intermediária.

Essa ideia intermediária está corretamente indicada na seguinte opção:

- (A) A esposa foi vista pelo irmão dele no cinema, com outro; ele vai separar-se / O irmão dele diz a verdade;
- (B) As pesquisas eleitorais indicam a vitória de Putin; os russos estão perdidos / As pesquisas mostram interesses políticos;
- (C) É conveniente estacionar o carro; há um barulho na traseira / Foram comprados pneus recauchutados;
- (D) Fiz o exercício e encontrei a mesma resposta do professor; acertei mais esse / O professor nem sempre acerta;
- (E) Meu celular despertou; tenho que levantar rápido / Meu gerente é muito exigente quanto a horário.

6

Em algumas frases, os seus autores jogaram com o significado polissêmico de palavras; a opção em que essa estratégia foi empregada é:

- (A) Os espelhos fariam muito bem em refletir um pouco antes de mostrar as imagens;
- (B) Saudade é a presença da ausência;
- (C) Originalidade não consiste apenas em fazer as coisas de forma diferente, mas também em fazê-las melhor;
- (D) Há três maneiras de fazer as coisas: a maneira errada, a maneira certa e uma maneira melhor;
- (E) Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa.

7

Observe agora o raciocínio a seguir.

1. Uma pesquisa mostra que os camelôs vendem mais barato;
2. A presença de camelôs na rua é conveniente.

Esse raciocínio pode ser refutado porque:

- (A) a premissa não é geralmente verdadeira;
- (B) a conclusão nada tem a ver com a premissa;
- (C) a conclusão deixa de considerar outros fatores;
- (D) a premissa se apoia em dados falsos;
- (E) a premissa e a conclusão não mostram relação lógica.

8

Considerando que as premissas de um raciocínio podem ser fatos, julgamentos, testemunhos de autoridade ou exemplos, a opção em que a premissa deve ser classificada como julgamento é:

- (A) Como o estudo da Prefeitura comprovou o perigo de morar nessa encosta, devemos fazer a transferência dos moradores;
- (B) Como o Ibope mostrou a vitória do candidato X, é perda de tempo votar em Y;
- (C) Muitos acidentes ocorrem nesse cruzamento, por isso é urgente o conserto do sinal de trânsito;
- (D) É mais interessante fazer turismo no Nordeste que na Europa, pois devemos ser mais patriotas em nossos gastos;
- (E) Pedro não se deu bem na prova do concurso, por isso devemos estudar muito mais.

9

Abaixo estão frases com raciocínios indutivos; a opção em que a conclusão apontada é fruto de uma generalização é:

- (A) O computador do TSE tem alta capacidade de contabilização, por isso deve encerrar as eleições em pouco tempo;
- (B) O livro sobre citações de autores célebres é grosso e bem encadernado, além de caro, por isso não deve vender muito;
- (C) Um cachorro salvou a vida de seu dono, avisando-o sobre o risco de desabamento da casa; vou providenciar a adoção de um cachorro para cá;
- (D) Na escola de meu filho mediram a altura de meninos e meninas e chegaram à conclusão de que as mulheres estão crescendo mais do que os homens;
- (E) Os táxis passaram a adotar a política dos supermercados, ou seja, oferecendo preços mais baratos e aumentando o número de clientes, o que se mostrou uma política de sucesso.

10

A frase abaixo que mostra um raciocínio falso, classificado como círculo vicioso, é:

- (A) Ayrton Senna foi, sem dúvida, o melhor corredor brasileiro de todos os tempos, pois nenhum outro conseguiu igualar-se a ele;
- (B) Todos os nossos problemas desapareceriam se aumentássemos o tamanho da casa onde moramos;
- (C) Não é conveniente para a Prefeitura cancelar esse próximo feriado, pois os cariocas gostam muito de praia;
- (D) Não acredito que você esteja lembrando-me esses fatos; a mim, que sou historiador;
- (E) Estatísticas mostram que mais de 80% dos eleitores preferem votar em pessoas mais velhas, o que favorece os idosos nas próximas eleições.

11

Entre os raciocínios abaixo, aquele que mostra uma falha por apoiar-se numa falsa analogia, é:

- (A) Os médicos são profissionais diferentes, pois parecem não preocupar-se demais com os seus ganhos;
- (B) O novo atacante do Grêmio deve ser ótimo jogador, pois seu pai chegou a jogar na seleção;
- (C) Os franceses são delicados cozinheiros e os alemães, disciplinados guerreiros, por isso não se entendem;
- (D) A melhor universidade do país é a USP, pois é a que apresenta melhores condições de ensino;
- (E) Se quisermos melhorar o aprendizado da Matemática, basta adotarem-se livros importados.

12

Numa delegacia, uma mulher foi queixar-se do marido, que havia ido embora de casa. No depoimento, fez uma série de frases com vocábulos de conteúdo semântico negativo para trazer mais condenação ao marido.

A frase abaixo em que o termo sublinhado NÃO tem conotação negativa é:

- (A) Meu marido me abandonou na última sexta-feira;
- (B) Ele rabiscou algumas explicações;
- (C) As explicações foram dadas numa folha de papel;
- (D) Ele lambuzou o verso da folha e grudou-a na mesa;
- (E) Foi embora e largou até a porta aberta.

13

Na escrita, ocorrem alguns processos de manipulação da realidade, como a reificação (tratamento de coisa dado ao homem) e a personalização, que dá características humanas a coisas ou animais.

A opção abaixo que exemplifica uma personalização é:

- (A) Seus sonhos se transformaram em pó;
- (B) O mar de Copacabana já matou muitas crianças;
- (C) A morte sai mais barata que a vida;
- (D) Os imigrantes foram depositados num galpão;
- (E) Os prisioneiros vieram empilhados num trem de carga.

14

Em todas as opções abaixo há uma frase que foi reescrita de modo a destacar-se um dos seus elementos; a opção em que essa reescritura foi feita de forma gramaticalmente inadequada, é:

- (A) Eu trouxe a encomenda para meu irmão / A encomenda, eu lhe dei a meu irmão;
- (B) O gerente entregou a chave ao porteiro / Ao porteiro, o gerente lhe entregou a chave;
- (C) O jogador xingou a torcida ao sair de campo / Ao sair de campo, o jogador xingou a torcida;
- (D) Nunca mais vi meu pai / Ver meu pai, nunca mais;
- (E) Observei a camisa na vitrine / A camisa, eu a observei na vitrine.

15

Observe a seguir o início de um texto.

“Há muita gente complicando a vida do prefeito, inclusive o próprio prefeito’, costuma dizer um vereador. Trata-se de uma revelação de caráter generalizado na Câmara.”

A introdução desse texto deve ser identificada como:

- (A) alusão histórica;
- (B) interrogação;
- (C) suspense;
- (D) convite;
- (E) citação.

Legislação Específica e Noções de Direito

16

Ana, estudiosa da Administração Pública indireta, questionou Pedro a respeito da compatibilidade dos conceitos de personalidade jurídica e órgão despersonalizado com o referencial de descentralização administrativa.

Pedro respondeu, corretamente, que:

- (A) entes personificados e órgãos despersonalizados serão integrados, ou não, ao referido referencial, conforme haja, ou não, determinação legal nesse sentido;
- (B) o mencionado referencial é incompatível com a concepção de personalidade jurídica, sendo esta última própria do ente federativo dotado de autonomia política;
- (C) apenas os entes personalizados, não os órgãos despersonalizados, ainda que tenham maior liberdade decisória, se ajustam ao mencionado referencial;
- (D) o mencionado referencial é indiferente à natureza das estruturas que venham a integrá-lo, sendo direcionado pelo atendimento a uma finalidade de interesse público e pela autonomia decisória;
- (E) o órgão despersonalizado somente passará a integrar o mencionado referencial caso sua criação tenha sido autorizada em lei.

17

O Estado Alfa editou a Lei Complementar nº XX, que restringiu determinado direito fundamental de maneira flagrantemente oposta aos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarar a sua inconstitucionalidade. Na medida em que normas semelhantes foram editadas por outros entes federativos, dando ensejo a uma série de demandas judiciais, o Supremo Tribunal Federal veio a editar a Súmula Vinculante nº YY. Apesar disso, o Estado Alfa editou a Lei Complementar nº ZZ, cópia fiel da Lei Complementar nº XX e que se mostrava totalmente incompatível com a Súmula Vinculante nº YY.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº XX:

- (A) embora produza efeitos *erga omnes*, não impedia o Estado Alfa de editar a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, mas a Súmula Vinculante o impedia, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF por inobservância da última;
- (B) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por serem aplicáveis exclusivamente ao caso concreto, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (C) por produzir efeitos *erga omnes*, impedia que o Estado Alfa editasse a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF;
- (D) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por não serem oponíveis ao Poder Legislativo, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (E) acarretou a supressão da competência legislativa do Estado Alfa na matéria, o que torna injurídica a edição da Lei Complementar nº ZZ.

18

João, servidor público federal, recebeu delegação, da autoridade máxima da pessoa jurídica de direito público a que estava vinculado, para a prática de determinados atos administrativos. Ao ser cientificado da delegação, buscou se inteirar a respeito da possibilidade de a mesma competência ser exercida pela autoridade delegante, bem como se o ato a ser praticado seria atribuído a ele ou a esta autoridade.

Por fim, concluiu, corretamente, que, à luz da Lei nº 9.784/1999:

- (A) durante a delegação, os atos praticados pelo delegado precisam ser cancelados pelo delegante, sendo sempre atribuída a autoria do ato a este último agente;
- (B) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo sempre atribuído ao delegante o ato que venha a ser praticado;
- (C) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo atribuído ao respectivo subscritor o ato que venha a ser praticado;
- (D) a autoridade delegante não poderá praticar nenhum ato afeto ao objeto da delegação, durante todo o período em que esta última perdurar, sendo considerados de sua autoria os atos praticados pelo delegado;
- (E) a autoridade delegante, em caráter excepcional e por motivos relevantes, devidamente justificados, poderá avocar, temporariamente, a competência delegada, mas serão atribuídos ao delegado os atos que este agente praticar.

19

O Tribunal de Contas do Estado Alfa rejeitou as contas apresentadas por João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, em razão de sua atuação como ordenador de despesas no âmbito da autarquia estadual Beta. Irresignado com a decisão, interpôs recurso hierárquico direcionado à Assembleia Legislativa do Estado Alfa com o requerimento de reforma da decisão.

À luz desse quadro, o sindicato dos servidores do Tribunal de Contas do Estado Alfa consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade desse recurso com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe respondido, corretamente, que o recurso é:

- (A) cabível, em simetria com o modelo federal e independente de previsão em lei estadual específica, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (B) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que o recurso esteja previsto na Constituição Estadual, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (C) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que previsto na lei de organização do Tribunal de Contas, pois esta estrutura orgânica é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (D) incabível, pois as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas possuem caráter definitivo, não podendo ser revistas por nenhuma estrutura orgânica, incluindo os Poderes Legislativo e Judiciário;
- (E) incabível, pois a competência para julgar as contas dos ordenadores de despesas foi outorgada, pela ordem constitucional, ao Tribunal de Contas, não havendo previsão de recurso para o Poder Legislativo.

20

O secretário de Transportes do Estado Alfa solicitou que sua assessoria desenvolvesse estudos a respeito de determinado serviço público que se mostrava de vital importância para a coletividade. Ao formular a solicitação, o secretário frisou que almejava saber se era obrigatória a sua prestação diretamente pelo Estado.

Em resposta, a assessoria respondeu, corretamente, que essa espécie de serviço:

- (A) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, apenas em regime de concessão ou permissão, observados os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica;
- (B) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, em regime de autorização, permissão ou concessão, sendo sempre antecedida de licitação;
- (C) em regimes de livre iniciativa, como o brasileiro, não precisaria ser prestada diretamente pelo Estado, podendo ser livremente explorada pelo setor privado;
- (D) em razão do princípio da prevalência do interesse público sobre o privado, somente pode ser explorada diretamente pelo Estado;
- (E) em razão da indisponibilidade dos interesses envolvidos, somente pode ser prestada pela Administração Pública direta ou indireta.

21

Em razão de apuração sumária realizada no âmbito do Município Alfa, constatou-se que a sociedade empresária Beta fraudou a realização de determinado ato do procedimento licitatório público no qual se saíra vencedora, o que se enquadraria como ato lesivo à Administração Pública tipificado na Lei nº 12.846/2013. Instada a apresentar esclarecimentos, a sociedade empresária Beta manifestou o seu interesse em celebrar acordo de leniência.

À luz da narrativa apresentada, é correto afirmar que o acordo de leniência alvitado:

- (A) não pode ser celebrado, já que incompatível com condutas dolosas praticadas em detrimento do processo licitatório;
- (B) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e só disciplinará a forma de ressarcimento do dano, devendo ser homologado em juízo para produzir efeitos;
- (C) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de todas as sanções cominadas, não carecendo de homologação judicial;
- (D) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de algumas sanções, nos planos administrativo e judicial, não carecendo de homologação judicial;
- (E) somente pode ser celebrado pelo Ministério Público, não pelo Município, devendo ser preenchidos os requisitos previstos, além de ser exigida a homologação judicial caso afaste alguma sanção.

22

A fundação de direito privado Beta pretendia solicitar ao órgão competente do Estado Alfa a sua qualificação como organização social, mas tinha dúvidas em relação aos requisitos a serem preenchidos e às consequências dessa qualificação.

Ao consultar o seu advogado, foi corretamente informado a Beta que:

- (A) não é possível a obtenção da qualificação almejada, que somente pode ser deferida para as associações;
- (B) a qualificação está condicionada à participação, no Conselho de Administração, entre outros membros, de representantes do poder público;
- (C) a qualificação está condicionada à distribuição de lucros, aos membros do Conselho Curador, na proporção máxima de 5% do proveito patrimonial obtido;
- (D) a qualificação independe de qualquer ato formal, bastando que Beta seja estruturada da forma prevista em lei, o que lhe permitirá celebrar contratos de gestão;
- (E) a qualificação é obtida a partir da celebração de contrato de gestão, ocasião em que Beta assumirá o compromisso de praticar os atos ajustados com o poder público.

23

Maria, servidora pública, ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, foi acusada da prática de infração disciplinar que teve efetiva lesividade ao erário, mas não tinha lesividade para o serviço.

Ao ser cientificada da instauração do processo disciplinar, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de, à luz dos balizamentos legais, ser celebrado termo de compromisso de ajuste de conduta.

Foi corretamente respondido a Maria que o referido termo:

- (A) é incompatível com as características da infração disciplinar imputada a Maria;
- (B) somente poderia ter sido celebrado em momento anterior à instauração do processo disciplinar;
- (C) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria efetue o pagamento da multa punitiva prevista em lei;
- (D) é incompatível com o processo administrativo disciplinar, em razão da indisponibilidade da pretensão punitiva;
- (E) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria, previamente, promova o ressarcimento do dano ao erário.

24

A deputada federal Sônia, ao perceber sérios desequilíbrios na concorrência em determinado setor econômico, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade, com a ordem constitucional, de uma proposição legislativa que estabelecesse critérios especiais de tributação, aplicáveis em todos os níveis federativos, com o objetivo de contornar esse quadro, prevenindo tais desequilíbrios.

A assessoria respondeu, corretamente, que tal proposição é:

- (A) incompatível com a ordem constitucional, pois o mercado deve regular a si próprio, não sendo admitida a intervenção estatal;
- (B) incompatível com a ordem constitucional, pois, apesar de ser possível o uso da tributação para fins extrafiscais, isto não pode afetar a livre iniciativa;
- (C) compatível com a ordem constitucional, desde que resguardada a competência de cada ente federativo para, mediante lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (D) compatível com a ordem constitucional, desde que veiculada em lei complementar, o que não afasta a competência da União para, por lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois normas editadas pela União, por força do pacto federativo, não podem afetar a competência tributária dos demais entes.

25

O órgão competente do Estado Beta recebeu notícia, embasada em fatos elementos probatórios, indicando que João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, praticara atos de tortura, no exercício da função, em detrimento de diversas crianças alcançadas por sua atuação funcional. De acordo com o noticiante, tais condutas configuravam atos de improbidade administrativa tipificados na Lei nº 8.429/1992, devendo ser adotadas as providências cabíveis nessa seara, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal de João.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica observou, corretamente, que João:

- (A) não pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que sua conduta não se enquadra na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso seja previamente condenado na instância penal;
- (C) somente pode ser alcançado por uma instância de responsabilização, o que decorre do princípio que veda a responsabilização em duplicidade pelo mesmo fato;
- (D) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso o regime jurídico dos servidores tenha previsto a aplicação dessa lei;
- (E) pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992, já que sua conduta afrontou os princípios regentes da atividade estatal.

Controle Externo

26

Maria, após cumprir os requisitos exigidos, teve deferida a sua aposentadoria voluntária por tempo de serviço, sendo o respectivo expediente encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado Alfa para fins de registro. Os autos ingressaram no Tribunal em dezembro de 2015 e somente no último mês foi designada a sessão de julgamento na qual seria apreciada a legalidade do ato.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de ato de concessão inicial de aposentadoria, não é necessário que Maria seja ouvida, tendo o Tribunal a possibilidade de realizar ampla cognição sobre o ato;
- (B) em razão dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o ato de aposentadoria deve ser considerado definitivamente registrado;
- (C) em razão do decurso do tempo, a cognição do ato de aposentadoria pelo Tribunal somente será possível caso haja impugnação de terceiros;
- (D) o Tribunal somente poderá alterar o título de aposentadoria se o respectivo ato contiver vício insanável, não convalidável pelo decurso do tempo;
- (E) embora se trate de ato de concessão inicial de aposentadoria, deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa a Maria.

27

O Tribunal de Contas do Estado Beta recebeu, para análise, as contas de governo do prefeito do Município Alfa.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, a referida análise deve:

- (A) realizar amplo juízo valorativo a respeito das contas, podendo aplicar multa e imputar os débitos que sejam identificados, sem prejuízo do julgamento político a cargo da Câmara Municipal de Alfa, que só rejeitará o parecer por maioria qualificada;
- (B) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (C) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, não sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (D) julgar as contas, realizando amplo juízo valorativo a respeito das informações apresentadas, sendo que a sua decisão somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal de Alfa;
- (E) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer pela unanimidade dos votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo.

28

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, que atuara como ordenador de despesas no Município Alfa, foi condenado em processo administrativo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pela prática de infração considerada grave.

Nesse caso, João:

- (A) somente pode ser condenado à sanção de multa, além de ter a obrigação de ressarcir os danos que tenha causado ao erário;
- (B) deve ser sempre condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, ficando ainda inabilitado, nos termos da lei, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- (C) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inabilitado, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo em comissão ou função de confiança;
- (D) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo eletivo estadual;
- (E) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria de dois terços, nos termos da lei, para exercer qualquer cargo eletivo.

29

João, recém-empossado como servidor do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, decidiu se inteirar a respeito das linhas de defesa a que estarão sujeitas as contratações públicas, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Ao final, concluiu que o controle interno integra a segunda linha de defesa e o Tribunal de Contas figura, isolado, na terceira linha de defesa.

À luz do que dispõe o referido diploma normativo, é correto afirmar que a conclusão de João está:

- (A) errada, pois as linhas de defesa não se apresentam de modo sequencial, mas simultâneo, congregando todos os agentes públicos, as unidades de assessoramento jurídico, o controle interno, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário;
- (B) certa, pois a generalidade dos órgãos de controle interno integra a segunda linha, enquanto o Tribunal de Contas ocupa a última linha de defesa administrativa, imediatamente anterior ao controle jurisdicional;
- (C) certa, ressaltando-se que a última linha de defesa é móvel, de modo que o Tribunal de Contas ali se encontra, de forma isolada, enquanto a questão não é judicializada;
- (D) errada, pois o Tribunal de Contas não integra, isolado, a terceira linha de defesa, estando acompanhado do órgão central de controle interno da Administração;
- (E) errada, pois a generalidade dos órgãos de controle interno não integra a segunda linha, mas, sim, a terceira linha, juntamente com o Tribunal de Contas.

30

Em determinado contrato administrativo, foi constatado, pelo órgão de controle interno do Município Alfa, a ocorrência de irregularidade insanável no procedimento licitatório que lhe deu origem.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, a declaração de nulidade do contrato administrativo:

- (A) é medida que se opera imediatamente, de pleno direito, apresentando contornos meramente declaratórios, não constitutivos;
- (B) afasta, em qualquer caso, o dever de a Administração indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada;
- (C) independe de qualquer avaliação complementar pela autoridade administrativa, devendo ser declarada nos cinco dias subsequentes ao conhecimento dos fatos;
- (D) pode vir a produzir efeitos apenas no futuro, observados os limites temporais estabelecidos em lei, para fins de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da atividade administrativa;
- (E) não exige a avaliação dos aspectos circunstanciais e das consequências do ato, o que será feito apenas para fins de dimensionamento da indenização do contratado, que não pode ter concorrido para a nulidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Em sua atuação nas diversas organizações, os administradores desempenham uma variedade de papéis que podem ser agrupados em três categorias, como proposto por Mintzberg: interpessoais, informacionais e decisórios. Essas três categorias abarcam, no total, dez papéis diversos.

O papel do líder é:

- (A) interpessoal; refere-se à representação simbólica da equipe, atuando como referência dela;
- (B) decisório; refere-se à alocação de recursos em função dos objetivos organizacionais;
- (C) decisório; corresponde à função administrativa de direção;
- (D) interpessoal; refere-se ao direcionamento das atividades dos subordinados, com vistas ao atingimento dos objetivos;
- (E) interpessoal; refere-se à identificação de oportunidades que potencializem o desenvolvimento da organização.

32

Certa organização publicou em seu site uma vaga para o cargo de gerente na área de recursos humanos. Entre as atribuições do cargo, estão: "alocação dos especialistas de RH entre as diversas unidades da organização; realização de avaliação de desempenho dos subordinados; definição da estrutura de cargos e salários".

Essas atribuições estão relacionadas, respectivamente, às seguintes funções da administração:

- (A) organização; controle; organização;
- (B) direção; controle; organização;
- (C) planejamento; direção; planejamento;
- (D) organização; controle; planejamento;
- (E) direção; direção; organização.

33

Em Administração, centralização “significa que a autoridade para tomar decisões está concentrada no topo da organização, enfatizando assim a cadeia de comando. Por outro lado, descentralização significa que a autoridade é distribuída pelos níveis inferiores da organização” (Sobral e Peci, 2013, p.265).

São uma vantagem e uma desvantagem da centralização em relação à descentralização, respectivamente:

- (A) estímulo à responsabilização dos gerentes médios; aproveitamento insuficiente dos especialistas;
- (B) decisões mais consistentes com os objetivos globais da organização; pouco estímulo à criatividade e à inovação;
- (C) decisões mais próximas dos fatos e das circunstâncias locais; aumento dos custos operacionais;
- (D) flexibilidade e rapidez na tomada de decisões; dispersão dos canais de comunicação organizacional;
- (E) eliminação de esforços duplicados de vários tomadores de decisão; perda de uniformidade de procedimentos e práticas.

34

O adequado desempenho da função controle depende de sistemas de controle organizacional eficazes. Sistemas de controle eficazes devem atender a alguns critérios gerais, mas também precisam se adequar às necessidades de cada organização, levando em conta suas características – ou seja, os sistemas de controle precisam se adequar aos fatores contingenciais que influenciam sua eficácia.

São um critério geral e um fator contingencial relevante para o desenho de sistemas de controle organizacional eficazes, respectivamente:

- (A) formalização; tecnologia adotada pela organização;
- (B) ênfase na exceção; grau de descentralização organizacional;
- (C) ser auditável; setor de atuação da organização;
- (D) transparência; tipo de departamentalização organizacional;
- (E) critérios múltiplos; estratégia organizacional.

35

Para subsidiar seu processo de formulação e planejamento estratégico, uma empresa utilizou-se da matriz GE/McKinsey para análise de seu portfólio de negócios. Os resultados foram:

- unidade de negócio A - alta atratividade da indústria e posição competitiva média;
- unidade de negócio B - média atratividade da indústria e posição competitiva alta;
- unidade de negócio C - média atratividade da indústria e posição competitiva baixa;
- unidade de negócio D - alta atratividade da indústria e posição competitiva baixa;
- unidade de negócio E - baixa atratividade da indústria e posição competitiva alta.

Com base no modelo da matriz GE/McKinsey, é correto afirmar que a empresa deve:

- (A) deixar de investir nas unidades de negócio C e E;
- (B) concentrar seus investimentos na unidade de negócio A e deixar de investir na unidade de negócio E;
- (C) investir seletivamente nas unidades de negócio D e E;
- (D) investir seletivamente nas unidades de negócio A e B e utilizar seus fluxos de caixa para financiar a unidade de negócio E;
- (E) investir seletivamente nas unidades de negócio A e B e utilizar seus fluxos de caixa para financiar a unidade de negócio D.

36

Para criar valor e gerar resultados em um contexto dinâmico, a área de RH precisa desempenhar múltiplos papéis. Esses papéis derivam dos diferentes focos de atenção que a área e seus profissionais precisam desenvolver, no que se refere à dimensão do horizonte de tempo (curto/longo prazos) e à dimensão dos processos/pessoas. Assim, desenham-se quatro diferentes papéis do RH, como proposto inicialmente por Dave Ulrich: administração da infraestrutura da empresa, administração da contribuição dos funcionários, administração da transformação e da mudança e administração das estratégias de recursos humanos.

Sobre o papel de administração da infraestrutura da empresa (também chamado especialista administrativo), é correto afirmar que:

- (A) tem como contribuição a criação de uma organização renovada;
- (B) tem como atribuição principal o alinhamento das estratégias de RH à estratégia global da organização;
- (C) tem como contribuição o aumento do comprometimento e da capacitação dos funcionários;
- (D) combina o foco nos processos com a dimensão de longo prazo;
- (E) combina o foco nos processos com a dimensão de curto prazo.

37

Certa organização investiu nos últimos meses um montante significativo de recursos em um programa de treinamento para um grupo de funcionários recém-admitidos. O diretor de RH gostaria de avaliar os resultados do treinamento no nível dos cargos, no nível de recursos humanos e no nível organizacional.

Para tal, seriam indicadores adequados, respectivamente:

- (A) redução do índice de acidentes de trabalho; redução da rotatividade; melhora da qualidade de vida no trabalho;
- (B) aumento da produtividade; melhora do clima organizacional; melhora do atendimento ao cliente;
- (C) melhora da qualidade; redução do absenteísmo; melhora da imagem da empresa;
- (D) satisfação com o treinamento; redução dos índices de acidentes de trabalho; aumento da eficácia organizacional;
- (E) adequação das pessoas aos cargos; retorno dos investimentos em treinamento; aumento das competências individuais e coletivas.

38

Em certa organização pública de grande porte, o sistema de avaliação de desempenho dos funcionários é realizado pelo método da pesquisa de campo.

É uma vantagem desse método:

- (A) enfatizar a melhora do desempenho e o alcance de resultados;
- (B) favorecer a participação intensa do avaliado;
- (C) ter baixo custo, por ser centralizado na área de recursos humanos;
- (D) proporcionar a participação de todos os membros da equipe do avaliado;
- (E) ter aplicação rápida, por utilizar-se de instrumentos padronizados.

39

Uma das variáveis estruturais dos grupos é a coesão – o grau em que os membros são motivados a permanecerem unidos como grupo. A coesão está reconhecidamente relacionada à produtividade dos grupos, mas essa relação depende das normas de desempenho estabelecidas no grupo.

Sobre a relação entre coesão e produtividade do grupo, mediada pelas normas de desempenho, é correto afirmar que:

- (A) se as normas de desempenho forem elevadas e a coesão for baixa, a produtividade será alta;
- (B) se as normas de desempenho forem baixas e a coesão for alta, a produtividade será alta;
- (C) se as normas de desempenho forem baixas e a coesão for alta, a produtividade será baixa;
- (D) normas de desempenho elevadas sempre geram produtividade alta, independentemente do grau de coesão;
- (E) alto grau de coesão sempre gera produtividade moderada, independentemente das normas de desempenho.

40

Para a criação de equipes eficazes é preciso que se considerem fatores de contexto, de composição e de processos da equipe.

São fatores de contexto e de processos da equipe, fortemente relacionados ao seu desempenho, respectivamente:

- (A) tamanho da equipe; nível de conflito;
- (B) personalidade dos membros da equipe; metas específicas;
- (C) liderança; recursos adequados;
- (D) alocação adequada de papéis; folga social;
- (E) sistemas de avaliação de desempenho; propósito comum.

41

Um hospital adota sistema de reposição contínua para o estoque de determinado insumo. O consumo mensal do insumo é, em média, de 240 unidades. O estoque de segurança é de 80 unidades e o tempo de ressuprimento é de seis dias corridos. O hospital compra o insumo de um único fornecedor em lotes de 500 unidades, a um preço de R\$ 60,00 por unidade. O custo de pedido é de R\$ 12,00.

Na situação descrita, o ponto de pedido (considere que um mês tem trinta dias) é de:

- (A) 80 unidades;
- (B) 81 unidades;
- (C) 128 unidades;
- (D) 142 unidades;
- (E) 160 unidades.

42

Um gestor contratou a construção de um auditório para a empresa em que trabalha, ao custo de R\$ 1.200.000, com o prazo de seis meses para realização da obra. Ao fim do terceiro mês, a situação do projeto é a retratada na tabela a seguir.

Prazo	Valor	Realizado	
		Custo	Valor entregue
Mês 1	200.000	240.000	182.000
Mês 2	400.000	485.000	325.000
Mês 3	600.000	580.000	522.000
Mês 4	800.000		
Mês 5	1.000.000		
Mês 6	1.200.000		

Analisando-se o andamento do projeto pela técnica EVA (*earned value analysis*), é correto afirmar que (desconsiderar centavos):

- (A) o valor do índice de performance de prazo (SPI) é 0,78;
- (B) o índice de performance de custo (CPI) é menor que o índice de performance de prazo (SPI);
- (C) se o restante do projeto for executado de acordo com o valor projetado, a estimativa para concluir o projeto (ETC) é de R\$ 600.000;
- (D) se o restante do projeto for executado de acordo com o índice de performance de custo (CPI), a estimativa para concluir o projeto (ETC) é de R\$ 753.333;
- (E) se o restante do projeto for executado de acordo com o índice de performance de prazo (SPI), o orçamento na data de conclusão (BAC) é de R\$ 678.000.

43

As ações empreendidas pela administração pública muitas vezes são justificadas pelo exercício da função estabilizadora, sendo que algumas delas podem ser revistas em processos de reforma do Estado. Por exemplo, uma empresa pública pode atuar em processo produtivo caracterizado por retornos crescentes de escala, cuja necessidade de investimento de capital é elevada, como mineração ou saneamento básico.

A partir do momento em que as condições de investimento e competitividade passem a ser compensatórias à atuação do mercado, a privatização da empresa passa a ser contemplada no processo de reforma do Estado.

A justificativa para privatização, no âmbito da reforma do Estado, conforme descrita no enunciado, deve-se à mudança na falha de mercado conhecida como:

- (A) bem público não rival;
- (B) desemprego e inflação;
- (C) externalidade negativa;
- (D) falha de informação;
- (E) monopólio natural.

44

Dentre as origens conceituais da administração pública, o modelo racional-legal inspirou e ainda inspira a atuação pública em diversos países ao redor do mundo. Dentre elas, destaca-se o foco no cargo e na norma, e não na pessoa em sua subjetividade.

Assim, carreiras são estruturadas em bases objetivas. Essa origem conceitual fundamenta-se no princípio de:

- (A) controle de meios;
- (B) formalismo;
- (C) impessoalidade;
- (D) hierarquização;
- (E) publicidade.

45

Governança é um conceito polissêmico, entretanto, esclarecido se considerarmos as diferentes perspectivas em que se desenvolve. Uma possível perspectiva está relacionada às inter-relações entre entes federativos, esferas de poder e atores públicos e privados no desempenho de programas e serviços públicos.

Trata-se da perspectiva:

- (A) corporativa;
- (B) de centro de governo;
- (C) de sociedade e Estado;
- (D) organizacional;
- (E) de políticas públicas.

46

Um órgão da administração pública estadual está contratando uma obra de infraestrutura que possui riscos de execução. Uma vez que os riscos do empreendimento se encontram em faixa de tolerância aceitável, esse órgão incluiu no edital de licitação medidas contingentes, como a inclusão de seguro-garantia com o objetivo de assegurar que a empresa contratada cumpra sua obrigação contratual.

A medida de inclusão de seguro-garantia na licitação revela que o processo de gestão de riscos está na fase de:

- (A) comunicação;
- (B) estabelecimento do contexto;
- (C) melhoria contínua;
- (D) monitoramento;
- (E) tratamento dos riscos.

47

A análise de riscos trata de compreender a natureza e determinar o nível do risco em função de probabilidade e impacto. Existem diferentes práticas metodológicas para realizá-la.

Uma dessas práticas busca definir o nível de risco com base na percepção das pessoas e baseia-se em métodos:

- (A) multivariados;
- (B) qualitativos;
- (C) quantílicos;
- (D) quantitativos;
- (E) semiquantitativos.

48

João, auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado Alfa, com o objetivo de prejudicar o jurisdicionado Alberto, secretário de Fazenda do Município Gama, apresentou, de forma dolosa, parecer técnico baseado em premissas falsas, no bojo de processo administrativo que tramitava na Corte de Contas. O ato ilícito de João causou danos morais a seu antigo desafeto Alberto, que acabou sendo condenado com imputação de débito em acórdão do Tribunal de Contas que, posteriormente, veio a ser anulado pelo Poder Judiciário.

Inconformado, Alberto deve ajuizar ação indenizatória em face:

- (A) do Tribunal de Contas do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e, havendo condenação, deverá ser manejada ação regressiva em face de João, com fulcro em sua responsabilidade civil objetiva;
- (B) do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e, havendo condenação, deverá ser manejada ação regressiva em face de João, com fulcro em sua responsabilidade civil subjetiva;
- (C) de João, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e, havendo condenação, deverá ser manejada ação regressiva em face do Tribunal de Contas do Estado Alfa, com fulcro em sua responsabilidade civil objetiva;
- (D) do Tribunal de Contas do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, e, havendo condenação, deverá ser manejada ação regressiva em face do Estado Alfa, com fulcro em sua responsabilidade civil objetiva;
- (E) do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, e, havendo condenação, deverá ser manejada ação regressiva em face de João, com fulcro em sua responsabilidade civil objetiva.

49

Observadas as cautelas legais, o Tribunal de Contas do Estado Beta aplicou multa ao gestor José, por ter sonegado documentos que lhe foram requisitados pela Corte de Contas para instruir determinado processo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a aplicação de tal multa decorre do atributo do ato administrativo consistente em meio indireto de coação do Tribunal de Contas sobre José conhecido como:

- (A) exigibilidade, mas a cobrança de tal multa não pode ser feita com base no atributo da autoexecutoriedade;
- (B) autoexecutoriedade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da imperatividade;
- (C) coercibilidade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da exigibilidade;
- (D) autoexecutoriedade, mas a cobrança de tal multa não pode ser feita com base no atributo da imperatividade;
- (E) presunção de legitimidade, e a cobrança de tal multa pode ser feita com base no atributo da coercibilidade.

50

A Resolução Administrativa nº 4/2022-Pleno, de 16 de março de 2022, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, dispõe sobre a realização do teletrabalho no âmbito do Tribunal.

O poder administrativo que embasou diretamente a edição da citada resolução e foi exercido pelo Tribunal para expedir normas gerais complementares à lei e que visam a regulamentá-la é o poder:

- (A) de polícia;
- (B) de vinculação;
- (C) normativo;
- (D) hierárquico;
- (E) disciplinar.

51

Em matéria de organização administrativa, observe os seguintes conceitos trazidos pela doutrina de Direito Administrativo:

- I. O ente possui autonomia e executa competência própria, com possibilidade de elaboração das próprias leis, conforme divisão de competências entre os entes federativos feita na própria Constituição da República de 1988.
- II. A criação de entes personalizados com poder de autodeterminação, conforme determinações legais expedidas pelo ente central. É o caso, por exemplo, dos entes da administração indireta.

Os fenômenos administrativos acima expostos consistem, respectivamente, em:

- (A) concentração e descentralização administrativa;
- (B) desconcentração e delegação;
- (C) descentralização política e desconcentração;
- (D) descentralização política e descentralização administrativa;
- (E) delegação administrativa e desconcentração.

52

O Estado Ômega, por meio da Secretaria Estadual de Cultura, pretende realizar a aquisição de determinadas obras de arte, de autenticidade certificada.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, a contratação:

- (A) deve ser precedida necessariamente de licitação, na modalidade compatível com o objeto da compra;
- (B) deve ser precedida necessariamente de licitação, na modalidade compatível com o valor estimado da compra;
- (C) pode ocorrer mediante inexigibilidade de licitação, desde que a aquisição seja inerente às finalidades do órgão e haja prévia autorização do Tribunal de Contas estadual;
- (D) pode ocorrer mediante dispensa de licitação, desde que a aquisição seja inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível;
- (E) pode ocorrer mediante inexigibilidade de licitação, desde que a aquisição seja precedida de autorização legislativa e observado o valor de mercado.

53

A doutrina de Direito Administrativo ensina que competência administrativa é a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo.

Nesse contexto, em matéria de competência administrativa, é correto afirmar que:

- (A) as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade podem ser objeto de delegação;
- (B) a prescritibilidade e a prorrogabilidade são características desse tipo de competência;
- (C) a avocação e a delegação de competência não podem ser revogadas transcorrido o prazo de cento e vinte dias;
- (D) a delegação de competência é vedada, exceto quando se tratar de edição de atos normativos e decisão de recursos hierárquicos;
- (E) a delegação de competência, ato discricionário, pode ser revogada a qualquer tempo e não implica renúncia de competência.

54

Consoante dispõe a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, o recurso, que terá efeito suspensivo, das decisões definitivas e terminativas das Câmaras Julgadoras, que deve ser interposto no prazo de quinze dias e dirigido ao presidente do Tribunal, que designará o relator, é chamado:

- (A) pedido de reconsideração, que deve ser julgado no prazo de trinta dias;
- (B) agravo, que deve ser instruído com documentos obrigatórios previstos em lei e dispensa intimação do agravado;
- (C) embargos de declaração, que deve ser julgado no prazo de quinze dias;
- (D) recurso ordinário, que, após devidamente instruído, será julgado pelo Tribunal Pleno;
- (E) pedido de reexame, que deve ser instruído com documentos obrigatórios previstos em lei e dispensa intimação do Ministério Público de Contas.

55

Em julho de 2022, a prefeita Joana, do Município Delta, no exercício da função, de forma culposa, permitiu a aquisição de uniformes escolares para alunos da rede pública por preço superior ao de mercado.

De acordo com a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, Joana:

- (A) praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário;
- (B) praticou ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito;
- (C) não praticou ato de improbidade administrativa, porque a nova redação da citada lei não mais prevê atos de improbidade administrativa culposos;
- (D) praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública;
- (E) não praticou ato de improbidade administrativa, porque agente político não se sujeita ao regime jurídico da lei de improbidade, mas pode lhe ser imputado débito pelo Tribunal de Contas.

56

Maria, servidora pública civil estável do Estado do Tocantins, se aposentou por invalidez, quando tinha 74 anos de idade. Dois anos depois, Junta Médica Oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria de Maria.

No caso em tela, com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins (Lei Estadual nº 1.818/2007), Maria:

- (A) deve retornar à atividade, pela forma de provimento derivado da reintegração;
- (B) deve retornar à atividade, pela forma de provimento derivado da reversão;
- (C) deve retornar à atividade, pela forma de provimento derivado da readaptação;
- (D) não pode retornar à atividade por meio da readaptação, pois o ato de aposentação é irreversível;
- (E) não pode retornar à atividade por meio da reversão, pois já completou o tempo para aposentadoria compulsória.

57

A elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento é mandatária para os entes públicos das três esferas de governo, que deve se basear nos chamados princípios orçamentários.

A responsabilidade e diligência no processo de planejamento, que tem como consequência a inclusão de autorização de ações públicas da forma mais abrangente possível, está relacionada ao princípio do(a):

- (A) equilíbrio;
- (B) exatidão;
- (C) unidade;
- (D) orçamento bruto;
- (E) universalidade.

58

Uma fonte relevante de recursos para os entes subnacionais são as receitas de transferências que, em geral, podem ser obrigatórias (por disposição constitucional ou legal) ou voluntárias e requerem procedimentos específicos para seu registro.

No reconhecimento de receitas de transferências voluntárias:

- (A) deve-se evitar que haja impacto na apuração do superávit financeiro do ente receptor;
- (B) o ente transferidor deve reconhecer a obrigação na abertura das dotações orçamentárias;
- (C) o ente receptor deve reconhecer um direito a receber (ativo) no momento da arrecadação pelo ente transferidor;
- (D) o ente receptor deve registrar a receita orçamentária apenas no momento da efetiva transferência financeira;
- (E) o ente receptor deverá efetuar a baixa do direito a receber (ativo) em contrapartida do ingresso no banco.

59

Uma das classificações da despesa legalmente previstas organiza as programações de gastos dos entes públicos por função e subfunção.

A subfunção 032 – Controle Externo que é típica de instituições de controle, a exemplo dos tribunais de contas, está associada à função:

- (A) Administração;
- (B) Defesa do Interesse Público;
- (C) Direitos da Cidadania;
- (D) Encargos Especiais;
- (E) Legislativa.

60

O processo de planejamento orçamentário no Brasil é requerido, a partir de instrumentos com formato legal que, quando dada a transparência adequada, permitem controle social e fomentam o exercício da cidadania.

O instrumento orçamentário que, compatibilizado com o PPA, deve ser elaborado com o objetivo de reduzir desigualdades inter-regionais é o(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Anexo de Riscos Fiscais;
- (C) Orçamento Fiscal;
- (D) Orçamento da Seguridade Social;
- (E) Programação financeira e cronograma de desembolso.

61

Durante a execução orçamentária é comum a necessidade de alterações na programação de despesa inicialmente autorizada, seja por falhas de planejamento, seja por novas demandas. Tais alterações são previstas legalmente e estão sujeitas a regras e restrições.

Se um ente deseja abrir um crédito adicional para uma despesa sem dotação específica no orçamento do exercício, um requisito é a:

- (A) apuração de superávit financeiro no exercício anterior;
- (B) autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) indicação de fonte de recursos disponíveis;
- (D) existência de margem no limite definido na Lei Orçamentária Anual;
- (E) ocorrência de situação de calamidade pública que justifique a despesa.

62

Ao final do mês de junho de 20x1, um Município assinou um convênio com a União para recebimento de recursos a serem aplicados em ações de promoção de esporte e lazer, no valor de R\$ 100.000,00. Pelos termos do convênio, os recursos seriam repassados à Prefeitura do Município em duas parcelas, sendo a primeira até 31/10/20x1 e a segunda até 31/03/20x2. Esses recursos não foram previstos na Lei Orçamentária de 20x1, mas foram realizados conforme os termos do convênio.

Considerando essas informações e as normas relativas à execução orçamentária e financeira, ao final de 20x1, a Prefeitura do Município:

- (A) deve considerar o equivalente a R\$ 50.000,00 como receita realizada;
- (B) deve reconhecer a receita à medida que as ações de promoção de esporte e lazer forem realizadas;
- (C) deve registrar tais recursos como receitas apenas em contas de controle;
- (D) deve solicitar abertura de crédito suplementar para reconhecimento de R\$ 100.000,00, como receita a realizar;
- (E) não deve lançar tais recursos como receita, por falta de previsão orçamentária.

63

Durante o exercício financeiro é comum a realização de descentralizações de créditos orçamentários, que ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, o que implica que a execução da despesa orçamentária será realizada por outro órgão ou entidade.

Quando a descentralização se referir a uma provisão, deve-se observar que:

- (A) será processada nos mesmos moldes que uma transposição;
- (B) envolverá apenas unidades gestoras de um mesmo órgão;
- (C) estará sujeita às regras de descentralização externa;
- (D) será possível alterar a classificação programática, se mantida a funcional;
- (E) dependerá da realização de um repasse integral para seu registro.

64

Uma operação comum nos entes públicos no decorrer do exercício financeiro é o suprimento de fundos, que consiste em um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Tal adiantamento deve observar algumas regras para a sua efetivação e uma das suas características é que:

- (A) sua concessão enseja registro apenas em contas de controle;
- (B) deve ser processado como despesa extraorçamentária;
- (C) um servidor pode responder por até dois adiantamentos;
- (D) sua liquidação se dá com a prestação de contas por parte do suprido;
- (E) gera o lançamento de uma variação patrimonial diminutiva quando da sua concessão.

65

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi previsto na LRF como um mecanismo para auxiliar no acompanhamento da gestão fiscal pelos poderes e órgãos da administração pública.

Em relação à elaboração e publicação desse relatório, os tribunais de contas:

- (A) devem publicar apenas a versão simplificada do RGF ao final do exercício;
- (B) devem publicar o anexo relativo ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- (C) estão dispensados de publicar tal relatório, uma vez que não têm autonomia orçamentária;
- (D) devem elaborar o Demonstrativo da Dívida Consolidada, caso tenham contratado empréstimos para investimentos;
- (E) são considerados no RGF Consolidado elaborado pelo Poder Executivo.

66

As normas de auditoria exigem que o trabalho do auditor seja adequadamente planejado.

Um dos objetivos principais do planejamento da auditoria é auxiliar o auditor:

- (A) quanto a forma e conteúdo de sua opinião no relatório de auditoria das demonstrações contábeis;
- (B) a uma efetiva comunicação com os responsáveis pela governança e identificar alguns assuntos específicos a serem comunicados a eles;
- (C) a avaliar o efeito de distorções identificadas durante a auditoria;
- (D) a avaliar o efeito de distorções não corrigidas nas demonstrações contábeis;
- (E) a conhecer a natureza das operações e dos negócios da organização para definir o alcance, a época e a direção da auditoria.

67

A metodologia de avaliação dos controles internos consiste em avaliar os controles internos existentes e quantificá-los em níveis de efetividade. Dessa forma, uma empresa apresentou os seguintes controles internos, avaliados em: 1 (controles não funcionais), 0,5 (controles funcionais medianos) e 0,2 (controles funcionais fortes).

Os auditores, ao solicitarem tais documentos de avaliação, podem concluir que:

- (A) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco residual ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco inerente;
- (B) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um maior risco residual;
- (C) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (D) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (E) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação da probabilidade e do impacto resultará em um menor risco residual.

68

O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que permitam a ele conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que lhe possibilite obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião.

Nesse sentido, a confiabilidade da evidência de auditoria é influenciada pela fonte, por sua natureza e é mais confiável quando obtida:

- (A) de fontes independentes externas à entidade e confirmada em documento eletrônico ou em papel;
- (B) por meio da indagação a respeito da aplicação de controle, em vez da observação da aplicação de controle;
- (C) pela representação formal, pois fornece evidência de auditoria apropriada e suficiente;
- (D) pela cópia de um documento fiscal obtida por intermédio de fontes internas da empresa do que diretamente pelo auditor;
- (E) por meio da indagação a respeito da contagem de estoques, em vez da observação do auditor da contagem do estoque pelo pessoal da entidade.

69

Uma empresa reapresentou valores em decorrência da adoção de novos pronunciamentos contábeis e o auditor emitiu em seu relatório de auditoria as seguintes informações: “Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da empresa XYZ em 31 de dezembro de 20XX, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro. Conforme mencionado na nota explicativa X, em decorrência da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 20XX e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados”.

Dessa forma, o auditor emitiu uma opinião:

- (A) com ressalva;
- (B) negativa;
- (C) modificada;
- (D) adversa;
- (E) com parágrafo de ênfase.

70

Existem diversos tipos de auditoria, contudo, uma delas possui características próprias que a distingue dos outros tipos.

Dessa forma, a que apresenta uma variedade e complexidade de questões a serem tratadas, possui maior flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar suas conclusões é a auditoria:

- (A) de conformidade;
- (B) financeira;
- (C) contábil;
- (D) operacional;
- (E) ambiental.

DISCURSIVA

1

Roberto, funcionário de um órgão público, assumiu recentemente a gerência do setor em que trabalha há seis anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que Roberto não é a pessoa com o perfil mais adequado para assumir o cargo. A equipe realiza tarefas pouco estruturadas e não há metas explícitas e formalizadas. Roberto está satisfeito, mas preocupado com o novo desafio, uma vez que a equipe apresenta baixa motivação e é formada por funcionários muito jovens e ainda sem o adequado desenvolvimento das competências necessárias para o bom desempenho de suas funções. Além disso, Roberto sabe que não terá autonomia para recompensar, punir ou substituir os membros da equipe.

Com base no exposto acima:

- a) Analise a situação descrita à luz do modelo de liderança contingencial de Fiedler, apontando o estilo de liderança mais adequado à situação e justificando sua resposta.
- b) Analise a situação descrita à luz da teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, apontando o estilo de liderança mais adequado à situação e justificando sua resposta.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Em matéria de licitação, com base na Lei nº 14.133/2021, responda os itens a seguir:

- a) Saiba-se que o procedimento licitatório deve considerar os princípios constitucionais expressos aplicáveis à Administração Pública, além de princípios específicos trazidos na nova lei de licitações. Cite cinco destes princípios específicos.
- b) O Município Alfa, com o objetivo de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, publicou edital de licitação combinando, no mesmo certame, duas modalidades de licitação, quais sejam, o diálogo competitivo e a concorrência. É lícita a conduta do Município Alfa? Justifique.
- c) Conceitue e diferencie licitação deserta e licitação fracassada.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

1

5

10

15

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

1

5

10

15

Realização

